

O TUPI E O SABIÁ: GONÇALVES DIAS E OS ESTUDOS SOBRE O ÍNDIO EM *BRASIL E OCEANIA*.
Kaori Kodama – Doutoranda de História da PUC-Rio.

No decorrer dos anos de 1850, a instituição imperial que cuidava de coligir os documentos históricos para uma história do Brasil, contava cada vez mais entre seus assuntos históricos e geográficos com um tema que aparecia subjacente àqueles: a etnografia. Antônio Gonçalves Dias, o poeta romântico que ganharia vaga entre os membros da instituição, cujo papel de difusor do indianismo já se faria sentir desde sua chegada na Corte na década de 1840, seria um dos defensores deste estudo. Prova disso é uma memória escrita pelo autor, trabalho um pouco menos conhecido de um dos mais conhecidos poetas brasileiros.

A memória *Brasil e Oceania* saíra como resultado de uma tarefa designada por Pedro II, que tinha o costume de distribuir programas de teses para os sócios do Instituto Histórico. Neste programa, Pedro II pediria a comparação do “estado dos indígenas da quinta parte do mundo com os do Brasil, considerados uns e outros na época da respectiva descoberta, e deduzir quais ofereciam maiores probabilidades à empresa da civilização”.¹

Brasil e Oceania, entretanto, não havia sido propriamente um trabalho de apreço para o próprio autor. Gonçalves Dias revelaria em cartas ao amigo Teófilo sua fadiga ao finalizar a redação de um trabalho realizado em um momento conturbado de sua vida privada, e sem outras motivações que o sentimento de obrigação ao monarca: “concluí minha negra, e negregadíssima ‘Memória’ – não podendo mostrar outra coisa senão que estudei a matéria. Não posso ser juiz muito competente, mas a avaliar pelo que me custou de estudos e enfados, dever ser um demônio bem maçante”.² Não obstante essas considerações do autor, há para nós um interesse particular sobre este trabalho, no que ele nos fornece de pistas para esclarecer a relação entre esta memória e o programa de estudos de áreas de interesse do autor, que incluiria aspectos como a sua intenção de escrever uma história dos jesuítas, a publicação de um dicionário da língua tupi, feita em 1857, e ainda a sua atuação na comissão científica de exploração do Ceará, entre 1859 e 1861, como chefe da seção etnográfica.

Trata-se aqui, portanto, de expor o vínculo que existia entre o indianismo literário de Gonçalves Dias e o estudo que buscou realizar acerca dos índios – o que chamamos de estudos etnográficos –, e que englobava dois interesses do poeta, ao menos: 1) o despontar de uma preocupação com o lugar do índio na História do Brasil, e que a geração romântica defenderia a partir de uma criação de um passado mítico brasileiro através do índio, ponto este que nos indica uma convergência entre literatura e história, presente naquela geração, como já foi ressaltado por Antonio Candido³; e 2) o de relevar sua preocupação com a língua portuguesa no Brasil, sua diferenciação com a língua portuguesa de Portugal, a partir da influência do Tupi.

O interesse etnográfico surge a partir da busca da elaboração de uma escrita da história do Brasil, que se particularizava por sua “cor local”, questão que já havia sido enunciada no início dos anos de 1840, por von Martius, em memória escrita para o IHGB.⁴ O poeta brasileiro também esclareceria de sua parte a necessidade de estudo dos temas indígenas em um artigo escrito para o primeiro número da Revista Guanabara, de 1850. Naquele artigo, intitulado “História Pátria”,⁵ Gonçalves Dias justificaria a importância de estudar os índios brasileiros por seus aspectos poéticos: “Convinha [...] que nos descrevesse os seus costumes, que nos instruisse nos seus usos e na sua religião, que nos reconstruísse todo esse mundo perdido que nos iniciasse nos mistérios do passado como caminho do futuro, para que saibam donde e para onde vamos: convinha enfim que o poeta se lembrasse de tudo isto, porque tudo isso é poesia; e a poesia é a vida do povo, como a política é o seu organismo”. O estudo etnográfico na opinião de Dias, fecundaria a visão de um “historiador poeta”. Também, a seu ver, as vantagens em estudá-los seria de proveito para o “historiador político”. Estas duas definições do historiador surgem no artigo para a Guanabara, e nos parecem interessantes para rever sua posição diante de sua defesa do estudo do índio para a história, e também para indicar o que advogaria como elemento da sua construção poética, mostrando a convergência da história e da poesia. Segundo Gonçalves Dias, “quem quer que for bom historiador deve ter uma destas duas coisas: ser político ou poeta.”⁶ O primeiro “resume todos os indivíduos em um só indivíduo coletivo, generaliza as idéias e os interesses de todos, conhece os erros do passado e as esperanças do futuro, e tem por fim – a nação.” Já o historiador poeta, “resume as nações em uma só nação, simpatiza com todas as suas grandezas, execra todas as suas torpitudes, e generalizando todos os sentimentos, todas as aspirações do coração humano, tem por fim a humanidade.” Embora a definição do historiador seja por parte pouco precisa, é possível constatar em alguma medida que sentidos procurava atribuir Gonçalves Dias a estas noções. Em parte elas encontravam eco no que diria Martius no programa “Como se deve escrever a História do Brasil”,⁷ sobre o caráter ou pragmático ou filosófico que o historiador deveria possuir; e ao mesmo tempo encontravam referências em uma tradição romântica de reflexão sobre a história, que pode ser localizada em Wilhelm von Humboldt sobre a tarefa do historiador.⁸

O que interessava a Gonçalves Dias era a possibilidade de um alcance universal para a História, a partir daquele “primeiro tópico” a ser tratado, a dos índios, para configurar em uma história particular, a do Brasil; da mesma forma – podemos aqui afirmar – que deveria ser universal em sua poesia (“generalizando todos os sentimentos...”) a inspiração buscada nos índios, que “pertencem tanto a esta terra como a seus rios, como os seus montes, e como as suas árvores”.⁹ Esta tematização do índio teria lugar, como é conhecido, no indianismo literário gonçalviano, e estaria já presente em suas “Poesias Americanas”, nos *Primeiros Cantos*, que viria a lume em 1846. Sabemos que o programa de criação de uma literatura que particularizasse o Brasil – sua “independência

literária” – que desembocou no indianismo dos românticos brasileiros, já estava definido desde há 20 anos, por Ferdinand Denis.¹⁰ A transposição da temática indígena para o campo da história feita por Gonçalves Dias parece deduzir-se do indianismo literário, quando se tem em vista a aproximação das fronteiras destes campos, tão comumente exercida por aquela geração. Entretanto, o modo de fazer esta aproximação entre poesia e história, em Gonçalves Dias, teria uma forte conexão com uma certa percepção do uso daquela temática, revelada no seu intuito de estudar os índios¹¹. De fato, mais do que a utilização de uma “cor local”, vista como um elemento da paisagem, como a temática indígena era abordada no indianismo, ela deveria ser para o poeta a busca de uma identificação com um *sentimento*. No artigo para a Guanabara, Gonçalves Dias afirma ainda que só o historiador poeta poderia adquirir a universalidade, e para isso, era preciso aproximar-se do sentimento do “povo”.¹² A seu ver, muitas das características que ainda se encontravam nas pessoas do povo eram as dos índios brasileiros: aspectos como o ensimesmamento, a resignação e também a teimosia. Sua crença na possibilidade de identificação com este sentimento nacional a partir do elemento indígena iria se traduzir no seu interesse pelos estudos etnográficos – chave científica nova para a compreensão dos povos não-europeus, que ganhava espaço em meados do século XIX – em uma espécie de primitivismo inaugurado pelo romantismo. Esta mesma crença orientaria suas considerações sobre a língua, quando cria que termos de origem tupi ainda presentes expressariam a presença da atuação popular na fabricação da língua falada do Brasil, como veremos adiante. Assim, se o indianismo costuma ser visto como movimento literário que apesar de ter sido a primeira expressão de uma literatura nacional, o foi por vias em que a peça fundamental foi o índio idealizado, de certa forma, podemos dizer que a ótica científica – a etnografia – assim o poderia permitir. A empreitada de Gonçalves Dias não dispensava um conhecimento lido pela ciência sobre os índios brasileiros.¹³ De certa forma, não havia uma contradição entre aquele conhecimento e a do índio retratado pelo poeta. A “ferramenta” etnográfica de que dispunha, mais do que contradizê-lo, poderia reforçar seus personagens poéticos.

Brasil e Oceania foi escrita em duas partes, a primeira na qual o autor analisa os índios brasileiros, em que começa buscando determinar sua “origem” geográfica, ou o que chama de a “Judéia” dos índios brasileiros, que estaria em sua opinião no Amazonas, percorrendo sobre a migração, seus costumes, caracteres morais, físicos e intelectuais, à maneira dos trabalhos elaborados pelos naturalistas. Na segunda parte da memória, o autor trataria dos povos da Oceania, juntando as informações de relatos de viagem de exploradores do continente austral.

Gonçalves Dias não deixaria de ressaltar o aspecto do “curioso” em *Brasil e Oceania*, sobretudo em sua segunda parte. A Oceania instigava a curiosidade por ser desconhecida e exótica, o continente que teria ficado afastado dos olhos da ciência por mais tempo. E citando um dos relatos de que se utiliza exalta as “mais estupendas maravilhas da natureza”, as “raças humanas as mais

opostas”, onde coexistiriam de pigmeus a gigantes, daquelas terras distantes. Mas a curiosidade deveria ser saciada com as investigações científicas, como diz dando início a sua exposição: “A vós porém não vos importam os prodígios e as maravilhas da terra oceânica. Diante desses fenômenos, que por todos os modos excitam a curiosidade, e deixam a imaginação como que estupefata e assombrada, passais como o navegante espanhol, que pela primeira vez atentaou na estátua gigantesca da mulher de Loth, de contínuo batida pelas vagas. (...) Nada disto: quereis fatos, datas, nomes, e com isto a descrição das raças, de seus costumes, com considerações sobre a sua sociabilidade ou perfectibilidade”.¹⁴ À época em que Gonçalves Dias realizava seus estudos, crescia o interesse etnográfico sobre esta região do globo, e aumentava também o número de trabalhos científicos disponíveis. De fato, desde o começo do século XIX, era exigida a coleta de informações sobre a natureza e o homem das regiões distantes da Europa por diversos naturalistas de gabinete. Cuvier traçaria em linhas gerais uma instrução escrita aos viajantes para a coleta de crânios de “selvagens”, a fim de realizar, através da anatomia comparada, uma classificação das diferentes raças do mundo.¹⁵ Qual seria, então, o conhecimento etnográfico mobilizado por Dias para realizar seu estudo? Pretendemos aqui neste pequeno espaço, indicar apenas alguns aspectos que o autor traça sobre os índios brasileiros, uma vez que ali estão presentes elementos que o permitem criar o índio de sua poesia.

Em primeiro lugar, Gonçalves Dias trata de uma divisão dos índios brasileiros, recorrente na etnografia do século XIX: a que contrapunha tupis e “tapuias”. Diria: “Duas raças, portanto, duas pelo menos, ocupavam o território do Brasil: uma com a mesma língua, fisionomia, armas e costumes habitava o litoral. Todas as tribos desta família eram designadas por vocábulos tirados da mesma língua, o que tende a estabelecer certa identidade de origem entre elas; ou, o que é mais notável, essas designações indicam de um modo incontestável o parentesco que as unia todas. Tupi, formado da palavra tupá, era a tribo mãe. Tamuíá ou tamoio, avô; tupiminós, netos; tobajaras, cunhados; e alguns outros mais. (...) Outra raça, diversíssima entre si, fracionada sempre em luta, ocupava o interior. Esta pela cor da pele, pelos traços fisionômicos pertencerá a raça mongol (Le Brésil – F. Denis). Aquela tem no seu aspecto alguma cousa dos ramos menos nobres da raça caucásica.”¹⁶ Vê-se em primeiro lugar, que a distinção que faz vem primeiramente da identidade da *língua*, e esta língua teria um estatuto diferente da dos “tapuias”, como veremos adiante. Ainda, seriam, os tupis valorizados por seus aspectos físicos, como nos sugere o autor. De fato, privilegiaria em seus estudos os tupis, visto que eram estes mais conhecidos, os que primeiro entraram em contato com os europeus – com a civilização, diria – sendo também, a seu ver, os mais fortes. E o autor faz esta distinção lançando mão das diferenças nos aspectos físicos, que incluem a medição do crânio, estatura, cor de pele; embora mantenha certas reservas quanto às teorias que associavam a capacidade intelectual do tamanho dos cérebros.

O que chama a atenção nesta distinção de duas principais “nações” é a caracterização das tribos tupis, que coincide com sua visão romântica do índio, basicamente, a do “índio manso”, assegurado pelo contato com a “civilização”, retirando daí os atributos morais desejáveis. A separação feita por Dias recai na antiga percepção colonial das diferenças das diversas tribos indígenas, e que se mantinha no século XIX, na divisão entre índios mansos e índios bravos. Os últimos eram os índios dos sertões, ainda presentes à época em que era escrita a memória, em regiões de fronteira que começavam naquele momento a serem abertas, como nos ressalta Manuela Carneiro da Cunha.¹⁷ Neste sentido, como ainda afirma a autora, o modelo do índio Tapuia era o Botocudo, retratado por viajantes da primeira metade do século, que começavam a explorar regiões recém-abertas. Um dos autores mais utilizados por Gonçalves Dias para a descrição dos tapuias era Maximilliam Wied-Neuwied, que percorrera do Rio de Janeiro até à Baía de Todos os Santos. Instruído por Blumenbach para coletar as informações sobre os índios, o príncipe naturalista se dedicara a estudar em grande parte os Botocudos da região recém-aberta do rio Doce, ainda pouco conhecidos.¹⁸

É por esta época que começa a se distinguir e a se sistematizar as tribos não-tupis, quando aumenta o interesse em se classificar as diferentes raças do mundo. D’Orbigny, autor bastante utilizado por Gonçalves Dias, percorrera as regiões meridionais da América para buscar completar a classificação das diversas nações e tribos americanas, e assim classificaria as tribos brasileiras em um só grupo chamado de brasílio-guarani; Martius, por sua vez, fora quem primeiro identificaria o grupo lingüístico Jê.¹⁹ Um problema associado às diferenciações das “nações” e tribos era o das migrações que haveriam feito. Estas migrações, no entender dos etnólogos poderiam ajudar a explicar, desde as “origens”, a forma como os grupos humanos – as raças – foram se diferenciando, e portanto, seria a partir da história daqueles povos, desde a Criação, que se poderia compreender a diversidade humana. No momento em que Gonçalves Dias se debruçava sobre os estudos etnográficos, a tradição bíblica não se encontrava dissociada das investigações dos etnólogos e naturalistas, embora o poligenismo ganhasse vários defensores e se manifestasse sobretudo na vertente da anatomia comparada, parte da etnografia feita nos anos de 1840 buscava ainda a conciliação entre a tradição bíblica e as observações a partir dos dados recolhidos por naturalistas. De certa forma, a corrente poligenista ganhava terreno principalmente na classificação das raças através da anatomia comparada. Como seria de imaginar, a geração brasileira romântica de formação e tradição católica pouco se afeiçoaria a esta corrente, vista com bastante desconfiança, como demonstra Gonçalves Dias em certos momentos.

Se a etnografia tratava de uma história dos povos, ela deveria buscar solver a questão da “origem” das tribos tupi. O lugar de onde teriam migrado para outras partes do litoral brasileiro, que seria na direção do norte para o sul, era, para Gonçalves Dias, o Amazonas. Ponto de dispersão dos

tupis, esta seria a “Judéia” dos índios brasileiros. Uma idéia de “origem” sempre carrega um sentido de mito. O Amazonas como lugar mítico se cola à busca de uma explicação “original” para o grande enigma das tribos indígenas do Brasil. Anos mais tarde, Gonçalves Dias escreveria em carta a Antônio Henriques Leal, ao visitar o Amazonas para coletar dados etnográficos para a Comissão Científica de Exploração, sobre a sensação de ali estar: “O Amazonas! Ao pronunciar esta palavra todo o coração brasileiro estremece”.²⁰ Nesta carta, o poeta ao exaltar o Amazonas, associa imediatamente o sentimento de mergulho em sua natureza ao “sentimento invisível de amor da pátria”. Esta associação entre o sentimento de estar na imensidão do Amazonas com o patriotismo não poderia deixar de se ligar à idéia de ser para Gonçalves Dias, o Amazonas o “berço” do Brasil, e a morada de origem também dos tupis.

A memória de Gonçalves Dias devia além de buscar compreender as particularidades dos índios brasileiros, em seu caráter físico e moral, responder à questão de se estes marchavam em direção à decadência, assunto desenvolvido no capítulo XII. A questão remete-nos novamente ao problema da história dos povos, objeto legítimo da etnologia de meados do século XIX. Para responder à pergunta do imperador, Dias lera a conferência realizada por Martius, intitulada “O passado e o futuro do homem americano”, feita em 1838, em que discutia a marcha inexorável dos povos indígenas à decadência e extinção (extinção esta que era posta como elemento da natureza, e não como pura ação dos homens). O poeta procura argumentar, confrontando as previsões de Martius com opiniões de outros etnólogos, como James Cowles Prichard. A visão deste último, etnólogo inglês da era vitoriana, era claramente a do monogenismo bíblico, e contestadora da perspectiva autóctone dos índios americanos e de sua decadência. Gonçalves Dias, não querendo polemizar “com tão altos engenhos”, termina no entanto por concordar com Martius, dizendo que os índios brasileiros “caminhavam precipites para a sua completa decadência”, ainda que acreditasse que ela era fruto da própria colonização.²¹

Este estado de decadência era possível ser evidenciado pela própria língua, uma vez que a língua tupi, “tinha uma gramática que pelo bom ordenado de cada uma de suas partes mereceu de ser comparada à grega e à latina: demonstra mais hábito de reflexão do que o que encontramos no povo que a falava; abunda, como bem nota Martius em expressões que indicam certa familiaridade com as considerações metafísicas e concepções abstratas, a ponto de bastar para exprimir e explicar as verdades e os mistérios da mais espiritual de todas as religiões do cristianismo; e reina em toda ela tal ordem, tal método, que alguém disse já que os tupis não estavam em estado de a ter formado. Se não o estavam, e já o tinham feito, a consequência é que depois disso haviam decaído”.²² Vê-se, pois, na idealização que Gonçalves Dias faz da língua tupi, a compreensão do tupi como de origem nobre, próximo, portanto, de um passado clássico, o que forneceria uma legitimação necessária para a poesia local. A busca de não romper com uma possível idéia de tradição para a poesia nacional

teria seu correspondente para a História do Brasil com a visão dos índios como uma nação de guerreiros, e esta visão é comum à geração do autor, a ponto de ser parte dos programas do IHGB a busca de se solucionar, através da etnografia, o passado “misterioso” do Brasil, a que se referia Martius.²³ Esta compreensão enobrecedora do tupi teria como modelo a “língua geral”, confeccionada pelos jesuítas, que embora artificial, havia sido dicionarizada.²⁴ Através dessa imagem, que transporta a língua geral para a condição de *língua primitiva*, Gonçalves Dias reafirma o que havia sentenciado Ferdinand Denis há mais de vinte anos: para captar a nacionalidade brasileira era preciso chegar ao sentimento do povo, do que vinha de baixo, que no caso era o tupi.

Seria mesmo a língua, para Gonçalves Dias, a base que definiria não só os caracteres intelectuais dos índios brasileiros, como também o caráter do povo: “com preferência a qualquer outra cousa, é a linguagem de qualquer povo o que nos dá melhor o quilate da rudeza que se acha, ou do progresso que tenha feito”.²⁵ E nesse sentido, a diferenciação da língua portuguesa no Brasil já era um dado, pois ela possuiria sobretudo uma *fala* distinta, com termos indígenas e africanos incluídos, como explicita em carta a Antônio Henriques Leal. É sobretudo nos termos indígenas que se aterá Gonçalves Dias, como sabemos. A utilização poética pelos literatos era legitimada porque a seu ver ela já era empregada na fala, caberia aos primeiros introduzi-las na língua escrita: “Quanto à escolha de palavras indígenas e à sua introdução no nosso idioma ter-me-ia lembrado ‘arredondar’ algumas delas – das mais ásperas ou das menos sonoras, se eu não soubesse que isso há de ser elaboração lenta do povo e obra do tempo”.²⁶

Esta fonte de primitivismo ideada sobre o tupi receberia suas críticas ainda em sua época, por homens como o historiador Varnhagen. O que não impediria Gonçalves Dias de buscar um certo encontro íntimo com o índio, e que, através desta identificação poética²⁷, buscava-o compreender sobretudo como um “sentimento”, sem que ele deixasse de ser alentado por um conhecimento – que virava do avesso o próprio “eu”, como civilização. O estudo etnográfico ficaria ali justificado.

¹ Apud. Bandeira, Introdução Geral. In: *Gonçalves Dias – Poesia e Prosa Completas*, p. 32.

² Carta de Gonçalves Dias a Teófilo, 1853.

³ São vários os autores que trataram dessa questão, v. Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, t. 2, ed. Itatiaia, 1993 (7ª. ed), Maria Helena Rouanet, *Eternamente em berço esplêndido*, Siciliano, 1991, entre outros.

⁴ Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil”, *RIHGB*, tomo 2, 1843.

⁵ Trata-se de uma crítica a um documento colonial, os “Anais Históricos do Maranhão” escrito por Pereira de Berredo, administrador português do século XVIII.

⁶ G. Dias, “História Pátria – Reflexões sobre os Anais Históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo.” Guanabara, I, Rio de Janeiro, 1849-50.

⁷ V. Martius, *op. cit.*

⁸ Não procuro supor a leitura ou ligação direta entre o que escreve Gonçalves Dias em “História Pátria” e Humboldt, embora não seja necessário descartar de todo um contato mínimo do poeta com os escritos do lingüista e fundador da Universidade de Berlim. Porém, o que me parece importante é a difusão de uma certa reflexão sobre a história a partir de Humboldt, que aponta para a “verdade autêntica” que o historiador é capaz de expor, e que se encontra a princípio *invisível*, e que portanto, só a técnica – cuja aproximação com a que é lançada pelo poeta é posta por Humboldt, embora também para fazer as distinções, salientando o campo da história como autônomo – do historiador, através do contato interior, de intimidade, seria capaz de revelar. O “historiador-poeta” de Gonçalves Dias aproxima-se desta noção de “verdade autêntica”, não-visível a princípio. V. Humboldt, *A tarefa do historiador*, (trad. de Pedro Spinola Caldas), In: *Anima: história, teoria e cultura*, ano 1 (n. 2), Casa da Imagem/Puc-Rio, 2001.

⁹ Gonçalves Dias, “História Pátria”, *op. cit.*

¹⁰ Ferdinand Denis, *Resumo da História Literária do Brasil*, 1826. Cf. Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte:Itatiaia, 1993, 7ª. ed., p.288.

¹¹ Em outro lugar, será feita a discussão do papel da etnografia entre outros românticos, como Gonçalves de Magalhães.

¹² Gonçalves Dias, “História Pátria”, *op. cit.*

¹³ Vale lembrar que a exatidão científica dos nomes de plantas e animais brasileiros era uma exigência dos criadores dos *topoi* românticos. José de Alencar, por exemplo, precisaria a linguagem de seus romances através da nomenclatura científica para a descrição da paisagem trabalhada, a qual era seguida por explicações ao leitor em notas de pé de página. V. por ex. os recentes trabalhos de João Cezar de Castro Rocha, *Literatura e Cordialidade*, ed Uerj, 1998, e Marcus Vinicius Freitas, *Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II*, ed UFMG, 2002.

¹⁴ Gonçalves Dias, *Brasil e Oceania*, p. 303.

¹⁵ Georges Cuvier, *Instructive note on the researches to be carried out relative to the anatomical differences between the diverse races of man* [ver título original francês]. Cuvier representaria a inflexão das ciências naturais no início do século XIX para a tradição não-evolucionista, estática da anatomia comparada. De certa forma, Cuvier é também responsável pela tradição da antropologia física que se instaurava naquele século, reforçando o conceito de raça, ainda difuso no século XVIII. Cf. Stocking, *Race, culture and evolution*, p. 29.

¹⁶ Dias, *Brasil e Oceania*, p. 14.

¹⁷ Cunha, “Política indigenista no século XIX”, in: _____. *História dos índios no Brasil*, 1998, p. 136.

¹⁸ Os aldeamentos de Botocudos na região começa em 1824, por decreto oficial do Imperador, destinando verbas à sua manutenção. V. Decreto de 28 de janeiro de 1824, *Coleção das Leis*, 1824.

¹⁹ Apud Villas-Bôas, *Glossaria Linguarum Brasiliensium*. A publicação do trabalho etnográfico de Martius, *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*, data de 1832, e o glossário das línguas indígenas do Brasil, os *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, de 1868. Neste último trabalho encontra-se mais claramente a classificação das tribos através dos troncos lingüísticos.

²⁰ Continua Gonçalves Dias mais à frente: “Vós que, semelhantes a mim e a muitos outros, talvez sem razão, vos entristeceis ou irritais com o jeito que as nossas cousas vão tomando, acaso porque se vos tornou menos risonho o céu da vossa imaginação, – vós que, num acesso de hipocondria, chegastes a desamar a terra de que sois filhos e a descrever dos homens de quem sois irmãos, vinde-me aqui passar um quarto de hora em noite de luar sereno, ou nessas noites de escuro, ainda mais belas e mais serenas do que as outras, em que milhões de estrelas se refletem nas águas, e no escuro transparente do céu e do rio desenham o duplicado perfil dessas florestas imóveis e gigantescas: respirai-me estes aromas, que se elevam suavemente combinados, como de um vaso de flores colhidas de fresco, e haveis de achar-vos outro, e, como nos tempos felizes da juventude, capaz ainda das ilusões floridas, da confiança ilimitada, da fé robusta, nos sucessos, nos homens, no futuro, e, sequer por alguns momentos podereis sentir, haveis de sentir orgulho de vos chamardes *brasileiro* também”. Dias, “Correspondência”, in: _____. *Poesia e Prosa Completas*, p. 1118.

²¹ O fato de a colonização precipitar a decadência estaria evidenciado ainda pela dispersão das tribos Tupi para o interior, o que levariam a viver cada vez mais como as tribos “Tapuia”, com construções mais toscas que dariam lugar às antigas tabas. Dias, *op. cit.*, p. 265.

²² *Idem, ibid.*

²³ Martius, “O passado e futuro do homem americano”, *op. cit.*

²⁴ Segundo Luciana Villas-Boas, mesmo reconhecendo que a língua geral era artificial, von Martius a tomara como modelo de língua indígena. Tal fato pode ser explicado entre outros elementos, pela valorização da unidade lingüística representada pelo tupi jesuítico, em oposição à “corrupção”, “dispersão” e desagregação – fatores associados à falta de fixidez territorial: “A língua geral está sempre associada a fixação territorial, índios mansos, semi-selvagens, ou cristianizados”, *op. cit.*, p. 66.

²⁵ Gonçalves Dias, *BO*, *op. cit.* p. 186.

²⁶ Gonçalves Dias, Carta Antônio Henriques Leal, Lisboa, janeiro de 1864, in: Gonçalves Dias, *op. cit.*, p. 1132.

²⁷ V. p. ex., O canto do índio, Primeiros Cantos, in: Gonçalves Dias, *Poesia e Prosa Completas*.